TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 136/2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO **Nº 136/2025** *CELEBRADO ENTRE O* ***IPESAÚDE*** *E A* ***RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA*** *PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE.*

CREDENCIANTE: INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE – IPESAÚDE, Autarquia Especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, regida pela Lei Estadual n° 9.226, de 28 de junho de 2023, inscrita no CNPJ sob o n° 08.042.554/0001-63, com sede à Rua Campos, nº 177, Bairro São José, Aracaju/SE, representado, neste ato, por seu **Diretor-Presidente – DR. WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR,** inscrito no CPF sob o nº XXX.308.228-XX e RG nº X.XX6.525-X SSP/SE, residente e domiciliado nesta capital; e

CREDENCIADO: RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SÁUDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com endereço Rua: general José Calazans, nº 488 – Sala 204 – Centro - Itabaiana/SE, CEP: 49.500-049, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.686.016/0001-21, representada neste ato, pelo sócio-administrador **RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA**, brasileiro, portador do CPF nº XXX.091.155-XX, celebram o presente Termo, com fundamento no artigo 74, IV, c/c artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com o **Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2023**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA ÁREA DE SAÚDE**, em conformidade com as especificações contidas no Anexo Único deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor mensal estimado deste contrato é de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, tendo em vista a capacidade produtiva da credenciada, bem como a demanda apresentada pelo IPESAÚDE, considerando a escolha do beneficiário.

2.2 O valor anual estimado deste contrato será de **R$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)**.

2.3 Em caso de alteração dos itens e valores previstos na Tabela Própria do IPESAÚDE, a Instituição se reserva ao direito de realizar a publicação de Portaria no Diário Oficial do Estado de Sergipe, bem como no site http://www.ipesaude.se.gov.br/ cabendo à rede credenciada o seu acompanhamento para fins de faturamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Ipesaúde para o corrente exercício:

CÓD. DA UNIDADE	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
15204	04.302.0031	759	3.3.90.39	1799

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. A presente contratação terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da assinatura, condicionada a sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site do IPESAÚDE, bem como a publicação do seu Extrato no Diário Oficial do Estado de Sergipe, podendo ser prorrogado em face da conveniência da Administração, suspenso ou rescindido a qualquer tempo, desde que devidamente justificado, nos termos da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS DO CREDENCIANTE

5.1. Cabe ao CREDENCIANTE:

5.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

5.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CREDENCIADA possa cumprir a obrigação de prestação dos serviços dentro das normas do contrato;

5.1.3. Efetuar o pagamento à CREDENCIADA, nos termos deste contrato;

5.1.4. Aplicar à CREDENCIADA as sanções cabíveis;

5.1.5. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

5.1.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CREDENCIADA;

5.1.7. Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA.

5.1.8. Publicar o contrato, aditivos, se houver, e extratos no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Estado, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da assinatura, em atenção ao disposto no art. 94, II da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DA CREDENCIADA

6.1. Cabe à CREDENCIADA o cumprimento das seguintes obrigações:

6.1.1. Executar os serviços contratados de acordo com as especificações discriminadas neste contrato e seu anexo;

6.1.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CREDENCIANTE;

6.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração, aos bens do CREDENCIANTE, ou ainda, a terceiros, durante a execução deste contrato; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CREDENCIANTE;

6.1.4. Comunicar à Administração do CREDENCIANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

6.1.5. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

6.1.6. Arcar com as despesas decorrentes de infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado;

6.1.7. Manter preposto, aceito pela Administração do CREDENCIANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

6.1.8. Responder por todas as despesas com pessoal, que diretas ou indiretas, sejam decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, encargos previdenciários, obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vales-refeição, vales-transportes e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

6.1.9. Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

6.1.10. Responder por encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

6.1.10.1. A inadimplência da CREDENCIADA, com referência aos encargos estabelecidos

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

no item anterior não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREDENCIANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CREDENCIADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CREDENCIANTE.
6.2. São expressamente vedadas à CREDENCIADA:
6.2.1. Cobrar do beneficiário do Ipesaúde qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados que estejam previstos na Tabela estabelecida no edital de credenciamento;
6.2.2. A subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto deste contrato, salvo em casos excepcionais, autorizados expressamente pelo CREDENCIANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é demandada, acompanhada e fiscalizada pelo servidor **GUSTAVO FREITAS BUARQUE,** desde já designado como fiscal pelo Instituto, ou quem a substituir no decorrer da vigência contratual, designado por meio de Portaria da Presidência, ao qual incumbirá a prática de todos os atos inerentes ao exercício deste poder, inclusive, quanto à aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor, a quem caberá ainda o atesto das respectivas notas fiscais de prestação de serviços, de acordo com o Decreto Estadual nº 342 de 2023.
7.2. O Fiscal deste contrato terá, dentre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento técnico da prestação dos serviços; fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada; comunicar à credenciada sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual; fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais; atestar as notas fiscais de serviçopara efeito de pagamento; recusar os serviços que estiverem fora das especificações e quantidades constantes deste contrato; solicitar à credenciada e ao seu preposto todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços contratados; acompanhar os prazos de vigência do contrato; acompanhar os valores faturados mensalmente de modo que não possa ultrapassar o limite contratual estabelecido.

CLÁUSULA OITAVA – DA ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS PROCEDIMENTOS
8.1.Todos os procedimentos, sejam eles eletivos, de urgência e emergência e SADT (Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico), passarão por análise e perícia prévia e, quando necessário, perícia presencial.
8.2 A CREDENCIADA a deverá se adequar ao sistema de autorização utilizado pelo IPESAÚDE.

CLÁUSULA NONA - DA AUDITORIA
9.1 Todas as contas passarão por auditoria médica e de enfermagem para análise e validação da conta, mesmo ocorrendo a autorização prévia do procedimento. Também é feita a análise de pertinência e evidência de utilização dos materiais e medicamentos devidos nas cobranças.
9.2 A auditoria poderá acompanhar procedimentos cirúrgicos in loco, conforme necessidade e determinação do IPESAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS
10.1 A CREDENCIADA deverá apresentar as contas a serem processadas até o 3º dia útil de cada mês, podendo esse prazo ser alterado de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração.
10.1.1 Em caso de alteração do prazo supracitado, o IPESAÚDE deverá formalizar por meio de

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

ofício a rede credenciada.
10.2 A apresentação das contas ocorrerá mediante protocolo de ofício por meio eletrônico, em formato PDF, via E-DOC EXTERNO, pelo site: https://edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo/. Além disso, o mesmo ofício, juntamente com a produção deverão ser apresentados de forma física ao setor de contas, situado na sede do IPESAÚDE.
10.3 Os arquivos referentes a produção apresentada deverão ser enviados por meio do sistema utilizado pelo IPESAÚDE.
10.4 Não serão aceitas faturas represadas que possuem prazo superior a 90 (noventa) dias, a contar da data de atendimento, realização do procedimento e/ou alta hospitalar.
10.4.1 Em caso de alteração do prazo supracitado, o IPESAÚDE deverá formalizar por meio de ofício a rede credenciada.
10.5 As contas apresentadas poderão receber glosa administrativa caso as cobranças estejam em desacordo com o contrato firmado ou tabela disponibilizada pelo IPESAÚDE.
10.6 O processo de faturamento será analisado pelo Setor de Contas, que observará, no que couber:
10.6.1 A divergência entre valores lançados nas contas e os existentes na Tabela do IPESAÚDE;
10.6.2 Erro nos cálculos operacionais ou de processamento;
10.6.3 Erro no envio do arquivo eletrônico, quando se identificar desacordo com o padrão TISS (Troca de Informação de Saúde Suplementar).
10.7 Na identificação de qualquer falha no processo de faturamento, o Setor de Contas comunicará à credenciada para correção, caso em que será suspenso o prazo de pagamento até a regularização da pendência.
10.8 Havendo qualquer erro não sanado, o Setor de Contas efetuará as devidas GLOSAS.
10.9 O IPESAÚDE se reserva o direito de contratar empresa especializada em auditoria, a fim de efetuar o acompanhamento e conferência das cobranças.
10.10 Concluído o processo de faturamento, haverá a tramitação do processo de pagamento conforme fluxo definido pelo IPESAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO
11.1. Os serviços prestados serão pagos de acordo com os valores especificados na Tabela Própria do IPESAÚDE, entendido este preço como justo e suficiente para a total execução do objeto contratado.
11.1.1. Em caso de necessidade de atualização da tabela vigente, as alterações deverão ser autorizadas pelo Conselho Deliberativo do IPESAÚDE e disponibilizadas por meio de Portaria, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe, bem como no site da Instituição para o devido acesso dos credenciados.
11.2. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo IPESAÚDE em moeda corrente nacional, devendo ocorrer após a execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias da autorização para emissão da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal:

a) Certidão de regularidade relativa a débitos municipais;
b) Certidão de regularidade relativa a débitos estaduais;
c) Certidão conjunta de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
d) Certidão de regularidade do FGTS;
e) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
f) Certidão negativa de falência e concordata

11.3. As faturas remetidas ao IPESAÚDE em prazo superior a 90 (noventa) dias a contar da data de atendimento, realização do procedimento e/ou alta hospitalar serão rejeitadas.

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

11.4. As autorizações emitidas e cobradas pelos credenciados poderão ser auditadas pelo IPESAÚDE a qualquer tempo, de forma integral ou por amostragem.
11.5. O pagamento será efetuado no prazo estabelecido, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da credenciada, **INTER – AGÊNCIA: 0001-9– C/C: 449426670.**
11.6. O prazo de 30 (trinta) dias citado no **item 11.2** ficará suspenso no final de cada exercício financeiro, quando o Estado suspende os empenhos e pagamentos através do i-GESP (Sistema de Gerenciamento Financeiro, Orçamentário e Patrimonial de Gestão Pública), voltando a correr no prazo definido no Decreto de encerramento publicado ao final de cada ano.
11.7. Nenhum pagamento será efetuado à credenciada na pendência de qualquer uma das situações especificadas, inclusive quanto à regularidade fiscal, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECURSO DE GLOSA
12.1. O recurso de glosa deverá ser encaminhado ao IPESAÚDE dentro do prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório de glosas. Nenhum recurso será recebido após o prazo supracitado.
12.2. Caberá ao IPESAÚDE julgar o recurso apresentado em até 60 (sessenta) dias da data de protocolo do mesmo, com a devida elaboração de parecer técnico e jurídico.
12.3. O ofício de solicitação do recurso de glosa deverá informar os itens a serem recursados e deve ser protocolado por meio eletrônico, em formato PDF, via E-DOC EXTERNO, pelo site: **https://edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo**/. Além disso, o mesmo ofício, acompanhado do recurso, deverão ser apresentados de forma física ao setor de contas, situado na sede do IPESAÚDE.
12.4. Sendo o recurso julgado improcedente, o IPESAÚDE dará ciência ao credenciado por meio do TERMO DE INDEFERIMENTO DO RECURSO DE GLOSAS, que será assinado por ambas as partes, arquivando-se a documentação.
12.5. Sendo o recurso julgado procedente, o IPESAÚDE dará ciência ao credenciado por meio do TERMO DE DEFERIMENTO DO RECURSO DE GLOSAS, que será assinado por ambas as partes e encaminhado ao setor financeiro para a devida quitação. O pagamento ocorrerá em até 60 (sessenta) dias a contar da autorização para emissão da Nota Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
13.1. Este contrato poderá sofrer alterações desde que estejam em conformidade com o disposto nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/21, condicionadas ainda a devida instrução processual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.
14.2. Constituem ainda motivo para a extinção contratual, conforme regramento previsto no Edital nº 01/2023:

a) Deixar de promover a atualização dos documentos de habilitação ou incorrer em situação de irregularidade fiscal;
b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica, ou fiscal do credenciado;
c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional do trabalho;
d) Pedido formal do credenciado, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
e) A cobrança da contratada ao beneficiário de qualquer importância a título de serviços

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

prestados relacionados aos procedimentos previamente autorizados e que serão custeados pelo IPESAÚDE;

f) Deixar de apresentar a produção de contas para faturamento pelo prazo de 6 (seis) meses consecutivos.

14.3. A decisão de extinção contratual unilateral por parte da Administração deverá ser devidamente motivada e caberá defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, como garantia do credenciado ao direito do contraditório, sendo avaliadas suas razões em igual prazo.

14.4. A extinção contratual não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal n° 14.133/2021, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A inobservância pela credenciada de cláusulas ou obrigações constantes do Edital 01/2023 e neste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o IPESAÚDE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais, em conformidade com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar ou contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2. As sanções mencionadas no item anterior não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21.

15.3. Na aplicação das penalidades citadas será observado o disposto do Título IV – Capítulo I da Lei Federal n° 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. [...]

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.
§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida
Lei. Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.
Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.
Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
II - pagamento da multa;
III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo. Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.4. Em qualquer hipótese é assegurado a empresa credenciada o amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

16.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. O presente contrato vincula-se aos termos do **Processo de Credenciamento nº 22392/2025,** iniciado pelo **protocolo nº 015215.14962/2025-0,** baseado no **Edital nº 01/2023**, em especial: Justificativa de Inexigibilidade de Licitação, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

16.3. O **Parecer Jurídico nº 1709/2025**, elaborado pela Procuradoria Jurídica do IPESAÚDE, manifestou-se pela viabilidade da celebração do presente Termo de Credenciamento, em razão do cumprimento dos requisitos exigidos em Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, ao exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As questões decorrentes da execução deste contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Aracaju/SE, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2. Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Aracaju (SE), 08 de outubro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA
Data: 08/10/2025 16:57:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR
Diretor-Presidente do Ipesaúde
Credenciante

RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA
Sócio-Administrador da **RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**
Credenciada

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

ANEXO ÚNICO

CREDENCIAMENTO Nº 136/2025

RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

Presente termo tem por objeto a prestação de serviços em **AUDITORIA MÉDICA,** que será realizado na **Unidade Própria do Ipesaúde e Atendimento Online,** limitados aos seguintes códigos e detalhamentos, cujo os valores estão previstos na **Tabela IPESAÚDE (PORTARIA GP/IPESAÚDE Nº 134, DE 10 DE JUNHO DE 2024).**

CÓDIGO	PROCEDIMENTO
0.91.05.0589	AUDITORIA MÉDICA (1 HORA)

A pessoa jurídica credenciada somente poderá utilizar e faturar os códigos descritos no presente Anexo Único.

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: PXTB-VAMJ-X6M0-MCIH

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/10/2025 é(são) :

Legenda: Aprovada Indeterminada Pendente

- WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR 10/10/2025 10:51:08 (Certificado Digital)
- RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA 08/10/2025 16:57:51 (Certificado Digital)

TERMO DE IDENTIFICAÇÃO DE CORPO CLÍNICO

O presente documento tem como objetivo identificar o corpo clínico da empresa **RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**, credenciada junto ao IPESAÚDE por meio do Termo de Credenciamento nº **136/2025.**
Este Termo é parte integrante do Contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO COMPROMISSO

Os profissionais relacionados no presente documento comprometem-se a prestar atendimento aos beneficiários do IPESAÚDE, **sendo necessária a comunicação prévia à Autarquia, com 30 (trinta) dias de antecedência, em caso de descontinuidade do atendimento**, sob pena de aplicação das sanções legais previstas na legislação que rege a Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS

A empresa **RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA,** credenciada ao IPESAÚDE a partir da data **de assinatura do contrato**, prestará atendimento aos beneficiários da Instituição por meio dos seguintes profissionais:

1. RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA – CRM/SE 6776/SE – CPF: 057.091.155-92

2. ALLANA DZIECIOL MARTINS – CRM/ PR- 45510– CPF – 067.934.129-30

3. ANA ANGÉLICA DANTAS - CRM/SE – 2343 – CPF - 880.011.135-15

4. ANDRÉ LUCAS LIMA DA SILVEIRA - CRMSE- 4963 – CPF – 833.729.385-34

5. CAIO FLÁVIO DE BARROS MARTINS - CRM/SE – 6200 – CPF – 02.456.185-08

6. CAMYLLA SOARES TAVARES – CRM/SE- 4065- CPF- 054.319.547-33

7. CARLOS AUGUSTO MOURA SANTOS FILHO, CRM 6713/SE - CPF 038.101.395-21

8. DAVI ANCHIETA DE ARAGÃO – CRM/SE – 7214 – CPF 016.448.805-71

9. FERNANDO COUTO SENRA, CRM 145522/SP – CLÍNICA MÉDICA RQE 61711 E ONCOLOGIA CLÍNICA RQE 61712 – PRESTARÁ SERVIÇO ON-LINE E FORA DO ESTADO CPF 356.393.238-76

10. FILIPE MATHEUS BARROS DE ARAÚJO FREIRE – CRM/SE 6621 – CPF 018.046.121-46

11. ISADORA CARDOZO ROZA BARRETO – CRM/SE 7205 CPF – 839.863.835-49

12. ÍTALO DE OLIVEIRA SANTOS – CRM/SE 6674 – CPF – 063.871.585-15

13. JOÃO OLIVEIRA DEDA – CRM/SE 1252 – CPF 235.677.325-87

14. LUCAS DIAS SANTOS– CRM /SE – 8010 – CPF – 074.338.935-20

15. MARCELA FERNANDES MARCONDES AMARAL – CRM/SE 8739 – CPF – 010.799.045-81

16.MARCO ANTÔNIO GOMES DA SILVA – CRM/SE 1701 – CPF – 338.274.355-87

17. MARIA DO CARMO LEITE WYNNE CABRAL – CRM/SE 966 – CPF: 150.892.825-87

18. RAYANNA SOUZA SANTOS – CRM/SE6712 – CPF 026.450.225-61

19. SAMUEL JOSÉ RODRIGUES – CRM/ SE4441 – CPF: 332.899.188-31

20. SAULO EMMANUEL FREIRE SANDES SANTOS, CRM 4400/SE – CLÍNICA MÉDICA RQE 3526, ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA RQE 3574 E ENDOCRINOLOGIA PEDIÁTRICA RQE 4823 CPF 035.111.635-44

21. VERA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA – CRM/SE 1092 – CPF: 256.880.655-91

22. WANESKA DE SOUSA BARBOSA -CRM/SE 2358 – CPF: 694.936.505-53

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do corpo clínico da empresa deverá ser formalizada ao setor de credenciamento, o qual será criado processo junto ao Ipesaúde para ser analisado pela presidência e as diretorias responsáveis por este prestador, sendo autorizado será formalizado por meio de Termo Aditivo, o qual terá como anexo o Termo de Identificação de Corpo Clínico atualizado.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo deverá ser assinado pelo responsável legal da empresa credenciada, por todos os profissionais que integram o corpo clínico, bem como pelo Diretor-Presidente do IPESAÚDE.

Aracaju, 08 de outubro de 2025.

WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR
Diretor-Presidente do IPESAÚDE
Credenciante

Rodrigo Ribeiro de Almeida

RODRIGO RIBEIRO DE ALMEIDA
Representante Legal e Profissional Integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA
Credenciada

Allana Martins

ALLANA DZIECIOL MARTINS
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

Ana Angélica Dantas

ANA ANGÉLICA DANTAS
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

ANDRÉ LUCAS LIMA DA SILVEIRA
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

CAIO FLÁVIO DE BARROS MARTINS
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

CAMYLLA SOARES TAVARES
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA.

CARLOS AUGUSTO MOURA SANTOS FILHO
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

DAVI ANCHIETA DE ARAGÃO
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

FILIPE MATHEUS BARROS DE ARAÚJO FREIRE
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

FERNANDO COUTO SENRA
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

ISADORA CARDOZO ROZA BARRETO
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

ÍTALO DE OLIVEIRA SANTOS
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

JOÃO OLIVEIRA DEDA
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

LUCAS DIAS SANTOS
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

MARCELA FERNANDES MARCONDES AMARAL
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

MARCO ANTÔNIO GOMES DA SILVA
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

MARIA DO CARMO LEITE WYNNE CABRAL
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

RAYANNA SOUZA SANTOS
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

SAMUEL JOSÉ RODRIGUES
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

SAULO EMMANUEL FREIRE SANDES SANTOS
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

VERA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

WANESKA DE SOUSA BARBOSA
Profissional integrante do Corpo Clínico da
RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA

Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 136/2025

CONTRATANTE: IPESAÚDE
CONTRATADO: **RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA – CNPJ Nº 60.686.016/0001-21**
OBJETO: O presente termo tem por objeto a prestação de serviços na área da saúde
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39 /1799
VALOR DO CONTRATUAL:3.000.000,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021
DATA DE ASSINATURA:10/10/2025
PARECER JURÍDICO Nº 1709/2025 – PROJUR – IPESAÚDE
PROCESSO: 015215.14962/2025-0 (Edoc: 22392/2025)

WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR
Diretor-Presidente

Rua Campos, 177, São José, Aracaju, Sergipe, CEP: 49015-220
Telefone: (79) 3226-2828 Fax: (79) 3214-3155
CNPJ: 08.042.554/0001-63

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: CAYV-BGFE-99N9-ODYL

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: CAYV-BGFE-99N9-ODYL

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/10/2025 é(são) :

Legenda: Aprovada Indeterminada Pendente

- WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR 22/10/2025 10:35:50 (Certificado Digital)

Consultar DiárioOficial 100% ‹ Anterior Próxima › Fechar zoom

Fundação Estadual de Saúde

GOVERNO DE SERGIPE
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2025

CONTRATANTE: Fundação Estadual de Saúde
CONTRATADA: J FERREIRA GRÁFICA E COMERCIO.
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 84 da lei. 14.133/2021 e no art. 193 do Decreto Estadual nº 342/2023.
PARECER JURÍDICO: 115/2025.
VIGÊNCIA: 21/01/2026 a 20/01/2027.
DATA DE ASSINATURA: 22 de outubro de 2025.

Carla Valdete Fontes Cardoso
Diretora-Geral da FUNESA

Fundação Hospitalar de Saúde

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE
PORTARIA Nº 031/2025-DG/FHS
De 22 de outubro de 2025

A Diretoria Administrativo-Financeira da Fundação Hospitalar de Saúde, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 9º e seguintes do Regimento Interno da Fundação Hospitalar de Saúde - Decreto Estadual 25.389/2008;

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2025, instaurado por meio da Portaria nº 009/2025 de 11 de Agosto de 2025, sob a forma de Sindicância Administrativa, para apurar os fatos imputados às servidoras E.S.A.C. CPF: XXX.535.705-XX e M.L.Q.A. CPF: XXX.546.515-XX, nos termo da Resolução n° 001/2015 da Fundação Hospitalar de Saúde.
Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Aracaju, 22 de outubro de 2025

José Arnaldo Almeida Silva
Diretoria Administrativo - Financeira

Fundação De Saúde Parreiras Horta

PORTARIA Nº 68/2025
De 23 de Outubro de 2025

Instaura e constitui a Comissão de Pregão e Equipe de Apoio da Fundação de Saúde Parreiras Horta e dá outras providências.
O DIRETOR-GERAL DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA - FSPH, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12 do Estatuto da FSPH, aprovado pelo Decreto Governamental de n° 25.404, de 10 de julho de 2008, RESOLVE:
Art. 1°- Ajustar a composição da Comissão de Pregão e Equipe de Apoio da Fundação de Saúde Parreiras Horta - FSPH, devendo realizar seus trabalhos no período de 02 de outubro de 2025 a 1º de outubro de 2026, com o objetivo de conduzir os processos de pregão da FSPH.
Art. 2°- Designar os empregados públicos abaixo relacionados para constituírem a Comissão de Contratações e Equipe de Apoio da Fundação de Saúde Parreiras Horta - FSPH:
I - ILDSON OLIVEIRA DE MELO (portador do CPF n° 366.xxx.xxx-53), para exercer a função de Pregoeiro;
II - SÔNIA MARIA SANTOS GUILHERME (portadora do CPF n° 436.xxx.xxx-49), para exercer a função de Pregoeira;
III - VIVIANE ARAÚJO CRUZ ALVES (portadora do CPF n° 910.xxx.xxx-04), para exercer a função de Pregoeira;
IV - ANDERSON DOS SANTOS CANUTO (portador do CPF n° 021.xxx.xxx-42), para exercer a função de membro da Equipe de Apoio;
V - BRENDA LARISSA DE SOUZA SANTANA (portadora do CPF n° 022.xxx.xxx-57), para exercer a função de membro da Equipe de Apoio.
Parágrafo Único- A condução da Comissão e suas deliberações deve ser exercida pelos pregoeiros, sempre em consonância com os preceitos legais.
Art. 3°- O pagamento dos membros deve ser efetuado conforme art. 9° da Resolução n° 02/2010, de 18 de janeiro de 2010, alterada pela Resolução nº 01/2022, de 10 de janeiro de 2022.
Art. 4°- Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura, revogando todas as disposições em sentido contrário, especialmente a Portaria nº 54/2025, de 21 de agosto de 2025 e com seus efeitos retroagindo a 02 de outubro de 2025.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

CHARLES LEAL SOUZA
Diretor Geral da FSPH

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 016/2022

Processo Administrativo nº:	2457/2025
Natureza Jurídica:	Pregão Eletrônico nº 025/2022.
Contratante:	Fundação de Saúde Parreiras Horta
Contratada:	LIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Objeto:	Visa reajustar o valor contratado em 5,316740% (cinco vírgula trezentos e dezesseis mil setecentos e quarenta décimos de milésimos por cento), com base na variação acumulada do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses (maio/2024 a abril/2025)
Base Legal:	Art. 65, §8o da Lei nº 8.666/93
Valor Global:	R$ 3.159.475,91 (três milhões cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e um centavos)
Vigência:	22/10/2025 à 15/05/2026
Fonte dos Recursos:	As despesas com o pagamento objeto deste Contrato correram por conta dos repasses a serem efetuados a FSPH em decorrência do Contrato Estatal de Serviço firmado junto a SES.
Data de Celebração:	22/10/2025

Charles Leal Souza
Diretor Geral

Ipesaúde

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA Nº 248
DE 23 DE OUTUBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe - IPESAÚDE, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso XV, combinado com o § 1º do artigo 64, e de acordo com o disposto no Art. 84, § 2º da Lei nº. 9.226, de 28 de junho de 2023, **resolve**;
Art. 1º - NOMEAR, **IZABELA SANTOS FAGUNDES**, CPF. nº.: XXX.378.175-XX, no Cargo em Comissão Simples de Assessor Técnico Operacional I, Símbolo CCS-11, do IPESAÚDE, **a partir de 01 de Novembro de 2025**.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE e CUMPRE-SE.

Walter Gomes Pinheiro Junior
Diretor-Presidente

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 074/2020
CONTRATANTE: INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE - IPESAÚDE
CONTRATADA: STERIL SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO LTDA - CNPJ N.º 22.393.778/0002-21
OBJETO: Prorrogar, em caráter excepcional, o prazo de que trata a Cláusula Quarta - Da Vigência, do Contrato nº 074/2020 por mais 12 (doze) meses a partir de 25 de novembro de 2025, condicionando sua vigência ao término do certame licitatório em andamento, ou o que vier primeiro.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 17190/2025
PARECER JURÍDICO: 1516/2025
DATA DA ASSINATURA: 23/10/2025

WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR
Diretor-Presidente

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº 109/2023
CONTRATANTE: IPESAÚDE
CONTRATADO: **COOPERATIVA DE ENFERMEIROS DE SERGIPE LTDA - CNPJ Nº 52.779.304/0001-00**
OBJETO: O presente termo tem por objeto a extensão de serviços médicos.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39 /1799
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021
DATA DE ASSINATURA:22/10/2025
PARECER JURÍDICO Nº 1700/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
PROCESSO: 015215.08285/2025-9 (E-doc: 21141/2025)

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 131/2025
CONTRATANTE: IPESAÚDE
CONTRATADO: **POLICLINICA SANTA MARIA S/C LTDA - CNPJ Nº º 01.362.818/0001-17**
OBJETO: O presente termo tem por objeto a prestação de serviços na área da saúde
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39/1799
VALOR DO CONTRATUAL: R$ 60.000,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021
DATA DE ASSINATURA: 20/10/2025
PARECER JURÍDICO Nº 1725/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
PROCESSO Nº: 015214.98136/2025-0 (E-doc: 20059/2025)

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 136/2025
CONTRATANTE: IPESAÚDE
CONTRATADO: **RR AUDITORIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA - CNPJ Nº 60.686.016/0001-21**
OBJETO: O presente termo tem por objeto a prestação de serviços na área da saúde
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39 /1799
VALOR DO CONTRATUAL: 3.000.000,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021
DATA DE ASSINATURA:10/10/2025
PARECER JURÍDICO Nº 1709/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
PROCESSO: 015215.14962/2025-0 (E-doc: 22392/2025)

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CREDENCIAMENTO N.º 041/2022
CONTRATANTE: IPESAÚDE
CONTRATADO: CESAP - CENTRO DE SAÚDE APLICADA LTDA - CNPJ 01.565.345/0001-55
OBJETO: Rescindir o Termo de Credenciamento vigente.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39/1799
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 8.666/93
DATA DE ASSINATURA: 23/10/2025
EDOC Nº 22878/2025

WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR
Diretor-Presidente

Sergás

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 50/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2025
OBJETO: Serviços de link dedicado 500Mb Full para sede da SERGAS.
CONTRATADO: Netiz Internet Ltda.
VALOR TOTAL: R$ 36.000,00.
DATA CONTRATO: 08 de outubro de 2025.
PRAZO CONTRATO: 730 dias.
FONTE RECURSOS: Próprios.

ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS
PRESIDENTE

Documento Assinado Digitalmente com certificado digital emitido sobre a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Quinta-feira, 23 de Outubro de 2025 às 20:05:43